

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.450 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2002

## Comissão de Segurança aprova pena maior para seqüestradores

Texto acolhido pelos parlamentares também tipifica os crimes de extorsão mediante privação de liberdade (o chamado seqüestro-relâmpago) e de seqüestro em meio de transporte coletivo, que podem ser punidos com até 12 anos de reclusão



A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou ontem à noite o aumento da pena para o crime de seqüestro e a tipificação dos crimes de extorsão mediante privação de liberdade (seqüestro-relâmpago) e de seqüestro em meio de transporte coletivo. Com o objetivo de acelerar as investigações desses casos, o texto permite a interceptação do telefone utilizado pela vítima (desde que autorizada pelos familiares) e o acesso imediato a informações bancárias, considerado muito importante no combate ao seqüestro-relâmpago.

Comissão Mista de Segurança Pública deve votar hoje proposta que amplia as justificativas para decretação de prisão preventiva

PÁGINA 3

### Acordo facilita a extradição de presos no Mercosul

PÁGINA 8

### Senadores criticam protecionismo dos Estados Unidos

PÁGINA 12



Integrantes da CAE aprovaram fim da exigência de caução hospitalar para filiados a planos de saúde

### CAE restringe exigência de caução hospitalar

PÁGINA 7



Parlamentares, ministros e outras autoridades estiveram na homenagem a Mário Covas

### Sessão especial destaca ética e coragem de Covas

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, a memória de Mário Covas. Oito senadores e o presidente da Casa, Ramez Tebet, recordaram a ética e a coragem pessoal do governador de São Paulo, morto no dia 6 de março do ano passado.

PÁGINAS 4 E 5

# CCJ examina hoje permissão para que avós adotem netos

Comissão também deve concluir a votação dos destaques apresentados ao relatório de Bernardo Cabral sobre a proposta de emenda constitucional da reforma do Judiciário

Projeto de lei do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que busca alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente de modo a permitir que avós adotem seus netos está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcada para hoje, a partir das 10h.

A proposta também abre a possibilidade de matrícula em escolas públicas para crianças que não tenham certidão de nascimento, o que atualmente não é possível. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), recomenda a aprovação da matéria em caráter terminativo, com uma correção de redação.

Os integrantes da CCJ devem deliberar ainda acerca da proposta de

emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que inclui a certidão de casamento entre os documentos que devem ser emitidos gratuitamente pelos cartórios. Atualmente, apenas a certidão de nascimento e a certidão de óbito são isentas de pagamento. O relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), manifestou-se favoravelmente à matéria.

## JUDICIÁRIO

A comissão deve concluir hoje a votação dos destaques apresenta-



Relatório de Bernardo Cabral deve ter os últimos destaques votados na reunião de hoje

dos ao relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que também é presidente da CCJ, à proposta de emenda constitucional que trata da

reforma do Poder Judiciário. Dessa forma, o parecer estará pronto para ser encaminhado ao Plenário, onde será aberto prazo para apresentação de novas emendas. Caso haja emendas, a matéria voltará à CCJ.

O texto introduz modificações na proposta aprovada pelos deputados. O relator inclui, por exemplo, representantes do Senado, da Câmara e do Ministério Público na composição do Conselho Nacional de Justiça, que, no texto da Câmara, conta apenas com representantes do Judiciário. Cabral também sugere que o efeito vinculante não se limite às decisões do Supremo Tribunal Federal, estendendo-o ao Superior Tribunal de Justiça.

## Senadores questionam mudança na MP sobre dívida agrária

Tendo trancado a pauta de votações da Câmara, a Medida Provisória nº 9/01 começou a travar a Ordem do Dia do Senado, por não ter obtido acordo para deliberação. Ela deverá ser votada na sessão de hoje, assim como as MPs nºs 11 e 12/01, incluídas na pauta, depois de ouvidas as lideranças partidárias, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que presidia a sessão de ontem.

Aprovada na Câmara na forma de projeto de lei de conversão, a MP nº 9 repactua as dívidas originárias do crédito rural, prorroga para junho deste ano o vencimento do débito previsto para outubro do ano passado, fixa o pagamento mínimo de 32,5% sobre essa dívida e dá um bônus para quem for adimplente.

O projeto de lei de conversão foi aprovado conforme texto do deputado Confúcio Moura, em substitui-

ção à comissão mista que examinou a MP. As mudanças adotadas pelo deputado causaram longa discussão no Plenário do Senado.

— Como vamos votar uma medida provisória cujas emendas, feitas pelo relator, não poderão ser objeto de discussão no Senado? — indagou Carlos Patrocínio (PTB-TO).

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quis saber como a Câmara pôde incluir matéria nova na MP sem que isso tenha sido objeto de discussão na comissão mista. Eduardo Suplicy (PT-SP) antecipou que apresentará requerimento de destaque para dispositivos da MP, enquanto Roberto Freire (PPS-PE) disse que, se o relator pôde mudar o texto na Câmara, isso pode ser feito também no Senado. Já Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o Senado precisa urgentemente normatizar a questão.

## Audiência pública vai discutir atuação da Ford

A política comercial adotada nos últimos anos pela Ford do Brasil e que resultou no descredenciamento de mais de 300 revendedores deverá ser discutida em audiência pública no Senado. Requerimento nesse sentido, de autoria dos senadores Lindberg Cury (PFL-DF) e Lauro Campos (PDT-DF), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Por sugestão de Cury, deverão ser convocados para debater o tema representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Secretaria de Direito Econômico, da Secretaria da Receita Federal, da associação dos distribuidores da marca e da própria empresa.

Segundo os requerentes, a Ford foi a pioneira da indústria automobilística brasileira, chegando ao Brasil há 80 anos. E, embora seja a mais antiga montadora brasileira, teve

sua participação no mercado reduzida de 25%, no final dos anos 80, para cerca de 7%, atualmente.

“Ao mesmo tempo em que a Ford perdia clientes — afirmam os senadores —, sua relação com os revendedores foi se deteriorando. A Ford, por imposição de cláusulas contratuais, detém hoje todo o poder sobre o destino de seus distribuidores, fixando preços abusivos e irreais, impondo volumes artificiais e insustentáveis para a aquisição de veículos e componentes, praticando venda casada e outros procedimentos que prejudicam as vendas.”

Lindberg e Lauro entendem que essa política da empresa norte-americana resultou no fechamento de mais de 18 mil postos de trabalho em todo o país. Diante disso, e como se trata de uma empresa privada beneficiária de incentivos fiscais, os senadores consideram que ela deve explicações à sociedade.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

9h30 — Recebe João Araújo, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; Bolívar Steinmetz, presidente da Associação Nacional dos Delegados Federais; e Achilles Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira

10h — Preside sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. *Plenário da Câmara dos Deputados*

10h30 — V Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. *Auditório Patrônio Portella*

11h30 — Recebe o prefeito de Batayporã (MS), Jercé Euzébio de Souza

12h — Recebe Geraldo Teixeira de Almeida, presidente da Fetagri (MS), acompanhado de engenheiros agrônomos do Inra (MS)

14h30 — Recebe Giuseppe Palozzi Lavorante, presidente da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

## PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: entre outros, Medida Provisória nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural; Medida Provisória nº 11/01, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício seguro-safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; Medida Provisória nº 12/01, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de R\$ 86 milhões, para os fins que especifica; PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

## COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: entre outros, PLS nº 106/01, revoga os parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º e 6º do art. 899 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e normas conexas, para extinguir a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Logo após — Subcomissão Permanente do Idoso  
Pauta: discussão, definição e votação do cronograma da subcomissão para o ano 2002. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: entre outros, emendas à PEC nº 29/2000, introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15, de 2001). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

14h30 — Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco  
Pauta: Exposição do diretor-presidente da Operadora Nacional do Sistema Elétrico, Mário Fernando de Melo Santos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo



Projeto de Carlos Wilson proíbe abrandamento da pena por crime contra administração pública

## Wilson propõe rigor para crimes na administração

Projeto de lei do senador Carlos Wilson (PTB-PE) proíbe a concessão de benefícios que possam abrandar as penalidades impostas a condenados por crimes contra a administração pública. A proibição, de acordo com a proposta, vigoraria até que os prejuízos causados aos cofres públicos fossem ressarcidos.

O objetivo do senador é pôr fim a situações vividas por criminosos como a advogada Jorgina de Freitas, que fraudou o INSS, e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, autor de desvios de verbas destinadas ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Ambos receberam privilégios legais que reduziram os desconfortos enfrentados pela maioria dos réus e, nos dois casos, o dinheiro desviado não foi devolvido.

### REGIME FECHADO

Caso o projeto seja aprovado, os condenados terão de cumprir penas de reclusão em regime fechado e de detenção em regime semi-aberto. O projeto proíbe ainda a concessão de livramento ou suspensão condicional da pena.

Carlos Wilson relaciona esse tipo de crime e o benefício aos índices de violência registrados nos dias de hoje. Ele afirma que há um aspecto moral a ser considerado em medidas de combate ao crime, que mostrem a lei valendo para todos sem distinção, fortalecendo o conceito de que o crime, de fato, não compensa.

— Mas como confrontar esse conceito moral com a realidade, quando criminosos pobres lotam as cadeias enquanto os ricos aguardam cinicamente os benefícios da lei para gozar o fruto de sua atividade criminosa?

O projeto foi encaminhado ontem à Mesa do Senado e será examinado por comissões técnicas da Casa.

# Comissão aprova aumento da pena para os crimes de seqüestro e cárcere privado

Senadores e deputados que compõem o colegiado também decidiram tipificar o delito de extorsão mediante privação de liberdade, conhecido como seqüestro-relâmpago

A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou ontem o aumento da pena para o crime de seqüestro, que, atualmente, varia entre seis e 15 anos de reclusão, e passaria a ser de 12 a 20 anos. A alteração consta do substitutivo da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), relatora do grupo de trabalho que analisa os projetos sobre crimes dolosos contra a vida e o patrimônio.

Também foi aprovada o aumento da pena para o crime de cárcere privado, que passaria a ser punido com reclusão de dois a cinco anos — hoje a pena é de um a três anos. A proposta também aumenta em dois terços a pena para o crime praticado com a utilização de menor.

O texto aprovado pela comissão inova ao tipificar o crime de extorsão mediante privação de liberdade, chamado de seqüestro-relâmpago, prevendo como pena reclusão de seis a 12 anos. Também foi criada a figura do crime de seqüestro em meio de transporte coletivo, com pena de reclusão de seis a 12 anos, com as respectivas causas de aumento de penas e qualificadoras.

## Relatório sobre prisão preventiva será votado hoje

A participação em organização criminosa como justificativa para a decretação de prisão preventiva foi incluída no relatório do deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP) que a Comissão de Segurança Pública vota hoje, a partir das 11h.

O Código de Processo Penal permite a decretação de prisão preventiva quando o investigado representar perigo à sociedade ou oferecer riscos às investigações, ou ainda quando houver possibilidade de fuga. Outra alteração proposta refere-se à chamada inversão de justificativa, que obrigaria o juiz, no caso de recusa do pedido de prisão preventiva, a apresentar as razões

de sua decisão. O substitutivo de Fleury também obriga o acusado a comprovar a origem dos recursos utilizados no pagamento da fiança. A idéia é evitar que dinheiro de fonte ilícita possibilite a permanência de criminosos em liberdade. Além disso, o texto diminui a quantidade de recursos processuais à disposição dos acusados e impõe sanções indenizatórias a serem aplicadas, sem prejuízo das penas.

### SEGURANÇA MÁXIMA

Laura Carneiro propôs alterações na Lei dos Crimes Hediondos, que impõe penas mais graves e sem a possibilidade de pro-

gressão de regimes para crimes como latrocínio e seqüestro seguido de morte. O texto da relatora mantém a obrigatoriedade de que a pena seja cumprida em regime fechado, acrescentado que deverá se dar em estabelecimento de segurança máxima.

O substitutivo tratou da questão da divulgação dos crimes de seqüestro pelos veículos de comunicação, que ficaria condicionada à prévia autorização da família.

— Visamos impedir que as informações que possam vir a público não só prejudiquem a investigação como possam resultar em maior dano à vítima.

ção no Plenário da Câmara. Com os protestos dos parlamentares e após negociações entre o presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), e o presidente da Câmara, Aécio Neves, chegou-se a acordo que prevê a votação prioritária das propostas.

Luiz Antonio Fleury elaborou seis relatórios — excluiu o projeto que aumenta os poderes do Ministério Público nas investigações criminais por falta de consenso —, que só foram entregues aos parlamentares durante a sessão de ontem. Iris Rezende decidiu acolher os pedidos para que houvesse análise mais aprofundada e adiou a votação para hoje.



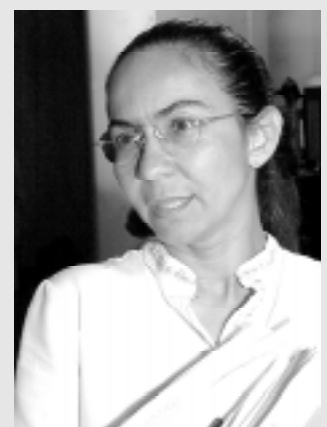
A Comissão de Segurança Pública alterou a Lei dos Crimes Hediondos, para que as penas sejam cumpridas em estabelecimento de segurança máxima

## Voto de pesar pela morte de político alagoano

Atendendo a pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o Senado aprovou ontem requerimento para inserir em ata voto de pesar pela morte, ontem, de José Bernardes Neto. Também serão apresentadas condolências ao estado de Alagoas e a sua família. Ex-deputado estadual, ex-secretário de Saúde e conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas, o homenageado foi lembrado sobretudo por sua bondade.

Heloísa Helena afirmou que, independentemente das posições ideológicas e da filiação partidária, José Bernardes será lembrado por todos em Alagoas como uma alma generosa. Ela disse que, nos momentos mais duros da história da repressão, ele não se deixou seduzir pelas conveniências nem pela comodidade de estar ao lado dos mais fortes.

— Pelo contrário, atuou com solidariedade, trazendo para perto de si aqueles que a medíocre convivência política da época exigia distância. Perseguidos pela repressão, esses estudantes tiveram em José Bernardes o abrigo que só as almas generosas são capazes de oferecer — disse.



Heloísa afirmou que José Bernardes "será lembrado como uma alma generosa"



“Pela porta dos fundos, nunca!” – a coragem, a honestidade, o compromisso ético, a coerência e a competência de Mário Covas foram lembrados pelos senadores Ramez Tebet, José Serra, Pedro Simon e Jefferson Péres em sessão especial, um ano depois da morte do ex-senador e governador

## Senado homenageia ética e coragem de Covas

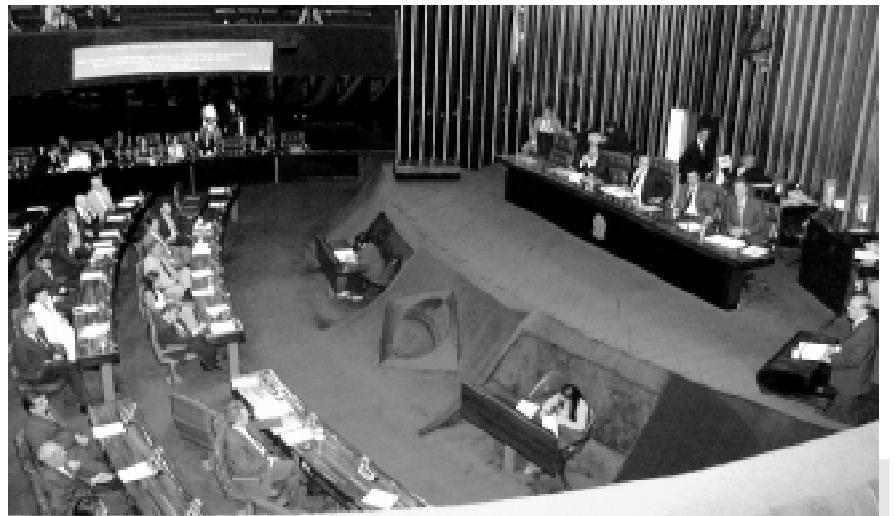
O Senado Federal realizou ontem sessão especial para reverenciar a memória do governador de São Paulo e ex-senador Mário Covas, morto há um ano, no dia 6 de março de 2001. Em seus discursos, os líderes dos partidos representados na Casa ressaltaram as qualidades da ação política de Mário Covas, lembrando momentos especiais de sua vida pública, como a atuação na Constituinte e na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que levou ao *impeachment* do então presidente da República Fernando Collor.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), o presidente do PSDB, deputado José Aníbal (SP), o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), o secretário-geral da Presidência da Repúbli-

ca, Arthur Virgílio, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o líder do PSDB na Câmara, Jutahy Magalhães Jr. (BA), entre outros deputados federais e membros da cúpula do partido, compareceram à homenagem.

Ao encerrar a sessão, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que a homenagem a Covas já tardava, pois há muito era merecida.

– Os oradores falaram pelo Senado e, mais que isso, falaram pelo Brasil. Todo o país proclama os princípios que nortearam a vida desse extraordinário homem público, a ética, a seriedade, o trabalho profícuo e a decência, que todos nós pranteamos. Tenho a plena convicção de que ele, de onde se encontra, sabe que, em seus momentos mais difíceis, nenhum brasileiro rezou e orou tanto pela vida de Mário Covas como eu – afirmou Tebet.



Ramez Tebet preside a sessão que celebrou o legado de Mário Covas

### Simon: ele procurava sempre a saída mais digna

Autor do requerimento para a realização da homenagem a Mário Covas, o senador Pedro Simon (RS), falando em nome do PMDB, destacou a sinceridade e a franqueza como os maiores traços da personalidade do político paulista.

– Covas tem lugar assegurado entre os maiores políticos brasileiros de todos os tempos. É difícil julgar um homem público quando é decorrido tão curto espaço de tempo de sua morte. No entanto, Covas era realmente um político fora de série e merece o elogio mais pleno, a homenagem irrestrita. Ninguém da nossa geração de



Para Simon, Covas seria imbatível como candidato à Presidência

políticos e administradores públicos foi melhor que ele.

Simon analisou a postura de Covas de reagir aos fatos com coragem e abertamente, apesar de a tradição política brasileira ser a do acordo secreto e do movimento dos bastidores.

– Ele preferia a luta franca. Se tinha de discordar, discordava. Não contemporizava. Por isso, era chamado de turrão, mal-humorado, ranzinza.

O senador destacou o episódio em que, como governador, Covas entrou em confronto com professores grevistas na Secretaria de Educação. A solução mais simples

na ocasião, continuou Simon, seria chamar reforço policial, mas Covas enfrentou os grevistas.

– Aquele é um episódio exemplar, porque ele era um homem que nunca procurava a solução mais fácil. Muito ao contrário, ele procurava a saída mais digna, a mais democrática. Pela porta dos fundos, nunca!

A morte tirou de Covas a possibilidade de ser o candidato do PSDB à Presidência da República. Simon acredita que ele seria imbatível na disputa.

– Covas era a honestidade, a verdade, o interesse público, a coragem, a ética, num ambiente contaminado pela indecência. O Brasil seria mais justo, mais feliz, se seguisse os exemplos e lições de homens como ele.

### Jefferson propõe reflexão que leve à mudança

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que não privou da amizade de Mário Covas, tendo mantido com este apenas dois encontros ocasionais, mas destacou a forte identificação que sentia com aquelas que descreveu como as principais características do homenageado: a ética e o sentimento público.

Para o senador, a revisão que os políticos devem fazer dos valores e dos padrões de conduta é a melhor honra que se pode fazer à memória de Covas, já que era este o ideal do homenageado. Esta é também, observou o senador, a

forma de o Congresso ser aceito e respeitado pela sociedade.

– Só lhe honraremos a memória se instituímos como prática rotineira passar a instituição a limpo, fazendo a tarefa que o dever nos impõe, nada prazerosa, antes pesada, mas que precisa ser feita.

Jefferson Péres ressaltou, porém, que essa reflexão não pode significar apenas uma satisfação à sociedade, mas deve represen-



Jefferson: vai demorar a nascer homem público tão rico de decência

tar uma “profunda mudança em nossos abastardados costumes políticos” e uma busca constante do homem público.

– Ele foi um popular toureiro abatido e morto ante aplausos e prantos da platéia – disse. “Vai demorar muito a nascer, se é que nascerá, um homem público tão claro, tão rico de decência como foi Mário Covas”, citou Jefferson, parafraseando o poeta Federico García Lorca.

### Para José Serra, “a força que se alimentava da verdade”

Pela primeira vez na tribuna, desde que deixou o Ministério da Saúde, o senador José Serra (PSDB-SP) prestou um tributo à memória de Mário Covas, político que, afirmou, dedicou toda a sua vida à causa pública, sabendo conciliar política, ética, honra e mudança.

– A homenagem que agora prestamos a Covas é um gesto que não apenas enaltece a figura do ex-senador, do ex-governador, mas também engrandece o Senado e a nação.

Serra lamentou que o destino não tenha permitido a Covas alcançar a Presidência da República. Porém, ele acredita que o país não esquecerá que Covas fez parte de um grupo de líderes políticos que ajudaram a resgatar a democracia, moralizar a administração pública, estabilizar a economia e iniciar uma nova fase de desenvolvimento para o país.

– Desenvolvi com Mário uma relação cordial, politicamente próxima e por vezes controversa, como costuma acontecer entre personalidades independentes e teimosas. Nem sempre cultivamos as concordâncias, embora elas fossem muitíssimo maiores que as divergências. Sempre mantivemos uma convivência de respeito e de solidariedade nas horas difíceis.

Covas, disse o senador, nunca abriu mão de ser um “democrata radical”, apesar de sua atitude ter um custo político e pessoal muito grande, que lhe valeu a prisão em 1968 e a cassação do mandato de deputado federal.

– É preciso enfatizar também a austeridade impecável de Covas no tratamento do dinheiro público.

Serra lembrou, ainda, que Covas sempre assumia a responsabilidade das medidas que fossem impopulares. Outra característica do ex-governador, continuou, era a lealdade para com os adversários e a aceitação de idéias contrárias.

– Muitas vezes se disse que Mário Covas era uma força da natureza, que se alimentava do compromisso com a verdade. O que é a coerência se não a reiteração da verdade, sem desvios de conveniência? Ele trouxe para a política essa virtude, privativa dos justos e destemidos.



Serra volta à tribuna para homenagear “democrata radical”

A capacidade de diálogo e a postura digna de Mário Covas foram destacadas por vários senadores durante a sessão especial. Segundo Teotonio Vilela Filho, Covas mostrou ser possível “a vitória da ética sobre a truculência, da seriedade sobre a corrupção e da transparência sobre o subterfúgio”



## Teotonio: a palavra e a postura foram suas armas

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) disse que a fidelidade do ex-senador e governador Mário Covas ao exemplo de seu pai, Teotônio Vilela, o torna “ainda mais comprometido com o exemplo do próprio Covas”.

Teotonio recordou que, há 14 anos, em

outra sessão solene no Senado, que homenageava a memória de seu pai, afirmou que o patrono da anistia política, se fosse vivo, teria como nova bandeira a anistia social, “para resgatar a cidadania de milhões de brasileiros”.

— Então Covas me disse: “Você falou o que eu gostaria de dizer”. Ovi nessas palavras mais que um cumprimento, ouvi um compro-



Teotonio declarou-se comprometido com o exemplo de Covas

missão — afirmou. Teotonio disse que depois viu Covas honrar esse compromisso com o legado de seu pai em muitas oportunidades, “desde o curso da Assembleia Nacional Constituinte até suas ações no governo de São Paulo”. Ele destacou que, na Constituinte, a credibilidade de Covas “possibilitou o entendimento para a aprovação de avanços fundamentais”. No governo do estado, herdado em completo caos, deixou um “exemplo de ajuste e responsabilidade fiscal com absoluta sensibilidade social”.

Teotonio observou ainda que Covas sempre esteve munido “das mesmas e únicas armas de que dispunha: a palavra, com sua inexce-

dível capacidade de convencimento; e sua própria prática e postura, com todo o peso do respeito que se impunha”. Acrescentou que o governador mostrou ser possível “a vitória da ética sobre a truculência, da seriedade sobre a corrupção e da transparência sobre o subterfúgio”.

O senador saudou a “saga pessoal” de Covas, que “resistiu à fatalidade da doença com o mesmo heroísmo revelado na luta pelo soerguimento da ordem democrática”.

— Covas foi digno até o último suspiro. E porque foi digno na vida, torna-se símbolo de vida, de lealdade e de coerência, de ética e de justiça. E, como exemplo, ele será imortal na história do seu país e sempre lembrado na memória do seu povo. Louvável exemplo, bendito Mário Covas — finalizou o senador.

## Suplicy recorda o “gigante na luta pela democracia”

Em homenagem à memória do governador Mário Covas, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou a luta pela democracia empreendida pelo político, na qual teria sido um “gigante”, e destacou “seu caráter e transparência para enfrentar a verdade”.

— Nós, do Partido dos Trabalhadores, sempre tivemos de Mário Covas o melhor exemplo de seriedade, de defesa dos interesses



Segundo Suplicy, Covas sempre deu “o melhor exemplo de seriedade”

públicos. Em diversas ocasiões, tive com o governador divergências, mas o que quero destacar é a qualidade do diálogo que tivemos — afirmou.

Suplicy também lembrou que, quando ingressou na política, Covas foi um conselheiro que lhe

ensinou muitas lições. Dos quatro anos de convivência no Senado, Suplicy ressaltou a atuação exemplar de Covas nas comissões

parlamentares de inquérito (CPIs) que levaram ao *impeachment* do presidente Fernando Collor e à descoberta de desvios do orçamento. Segundo o senador, Covas demonstrou nas CPIs “perspicácia, inteligência e capacidade de argüir”.

A posição contrária do governador em relação à emenda que permitiu a reeleição para presidente, governadores e prefeitos também foi enfocada por Suplicy, que registrou ainda “o extraordinário carinho do povo de São Paulo quando do enterro de Mário Covas”.

## Ademir pede que políticos procurem seguir o exemplo

Ao enaltecer as qualidades de Mário Covas, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o Brasil seria outro, caso o exemplo do governador vingasse entre os políticos. “Ele influenciou não somente São Paulo, mas o Brasil inteiro. Infelizmente, poucos

querem pagar o alto preço de ser Mário Covas”, observou.

Ademir lembrou ter sido Covas o responsável por sua decisão de



Para Ademir Andrade, ex-senador influenciou todo o Brasil

entrar para a política, facilitando sua primeira candidatura a vice-prefeito, em pequena cidade do Paraná. “Perdi a eleição, mas descobri minha real vocação, que não era a Engenharia, na qual me formei. Fui eleito deputado federal e, na Constituinte, reencontrei Covas, brilhante e insubstituível como líder do PMDB”, disse.

O senador lembrou debates memoráveis de Covas durante a As-

sembleia Nacional Constituinte, como o acirrado embate que travou com o então senador Jarbas Passarinho sobre a reforma agrária, um dos mais polêmicos capítulos da Constituição até os dias de hoje.

Segundo Ademir Andrade, o Brasil inteiro acompanhou a doença de Covas, o que criou a expectativa de que um milagre poderia acontecer. “Mas a morte é invencível, por isso devemos tentar ser Mário Covas enquanto estivermos vivos, para homenagear sua figura e reverenciar sua memória”, recomendou.

## “É um verdadeiro paradigma da causa pública”, afirma Romeu Tuma

Durante a sessão especial realizada ontem, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse, em um discurso emocionado, que, ao contrário de vários outros homens públicos e da história do país, Mário Covas será sempre lembrado por seus valores morais, sua honestidade

e, principalmente, pela capacidade de expor a verdade.

— Ele deixou saudades e será um desses vultos que, graças à tenacidade e ao amor à causa pública, terá sempre sua memória reverenciada. São poucos os personagens capazes de granjear a unanimidade de todas as vertentes, e Mário Covas é um desses casos. Ele é um verdadeiro paradigma da causa pública — destacou o senador.

Romeu Tuma citou momentos da vida de Covas, chamando a atenção para a competência do homenageado como administra-



Romeu Tuma: Covas será sempre lembrado por seus valores morais

dor, especialmente quando governador de São Paulo. Tuma citou o episódio da negociação, intermediada por Covas, entre os empresários e trabalhadores do setor automobilístico que resultou na redução dos preços dos automóveis e na manutenção dos em-

pregos dos metalúrgicos.

— Ele demonstrou, na prática, a validade daquilo que defendia, que era o entendimento, o diálogo e a democracia. Nesse episódio, Covas apelou aos governantes para que aprovassem uma agenda positiva para o país, mostrando sua confiança na sociedade, no povo, no Parlamento, enfim, no regime democrático — ressaltou o senador Romeu Tuma, lembrando ainda a coragem de Covas ao enfrentar a doença que o vitimou, sem esconder da população o que acontecia.

## Artur da Távola elogia o “caráter ético em todas as dimensões”

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) destacou, em discurso na sessão especial de homenagem ao governador Mário Covas, o caráter ético, em todas as dimensões, do companheiro de partido. Essas dimensões, citadas na exposição do sena-

dor, são a ética individual, do comportamento público, da responsabilidade e dos objetivos.

### ATITUDE

De acordo com o senador, Mário Covas se destacava pela atitude moral na política. “Moral na política é o uso da dignidade humana em seus mais altos valores, tanto nos fundamentos quanto nas finalidades”, definiu Artur da Távola, também elogiando a “compostura pessoal e a lealdade” de Covas.

A capacidade do governador de dizer “não” foi outro ponto des-



Artur da Távola destaca atitude moral de Mário Covas na política

tacado pelo senador. “Mais vale um ‘não’ sincero do que um ‘sim’ que não se pode cumprir”, disse. “Mário Covas tinha a coragem do ‘não’ como tinha a certeza do ‘sim’”, completou.

Covas também notabilizou-se, na opinião de Artur da Távola, pela “ética do comportamento público”: tinha espírito público ou “capacidade de olhar por cima de interesses”, para a “predominância daquilo que é de todos sobre o que é de poucos”.

A “ética da responsabilidade” de Covas, por sua vez, de acordo com o senador, o levou “a enfrentar greves de peito aberto, com coragem no coração e verdade na alma”.

Quanto à “ética dos objetivos”, o senador lembrou, entre outros exemplos, o empenho de Covas para manter a unidade no PSDB.



# Parente descarta risco de novo racionamento

Ministro afirma perante Comissão Mista da Crise de Energia que, mesmo em caso de chuvas escassas, medida não será adotada este ano nem em 2003, porque país conta com termelétricas e aumentou capacidade das linhas de transmissão

Em audiência pública na Comissão Mista da Crise de Energia, o ministro Pedro Parente garantiu ontem que durante 2002 e 2003 não haverá racionamento de energia elétrica, mesmo que se repitam as chuvas escassas dos últimos anos.

— Essa certeza se deve à mudança do modelo energético brasileiro, que agora pode contar com usinas termelétricas e substancial aumento de capacidade das linhas de transmissão — disse o ministro.

Para o ministro Pedro Parente, que preside a Câmara de Gestão da Crise de Energia, a dependência brasileira das hidrelétricas passará de 90% em 2001 para menos de 70% em 2003. Ele fez questão de reconhecer a relevância da participação da sociedade brasileira no êxito do programa de racionamento que possibilitou a recuperação dos níveis dos reservatórios de todas as regiões brasileiras, mesmo do Nordeste, onde o problema sempre foi de mais difícil solução.

## FORA DA PRIVATIZAÇÃO

Pedro Parente afirmou que a maior lição que o governo federal retirou do racionamento, en-

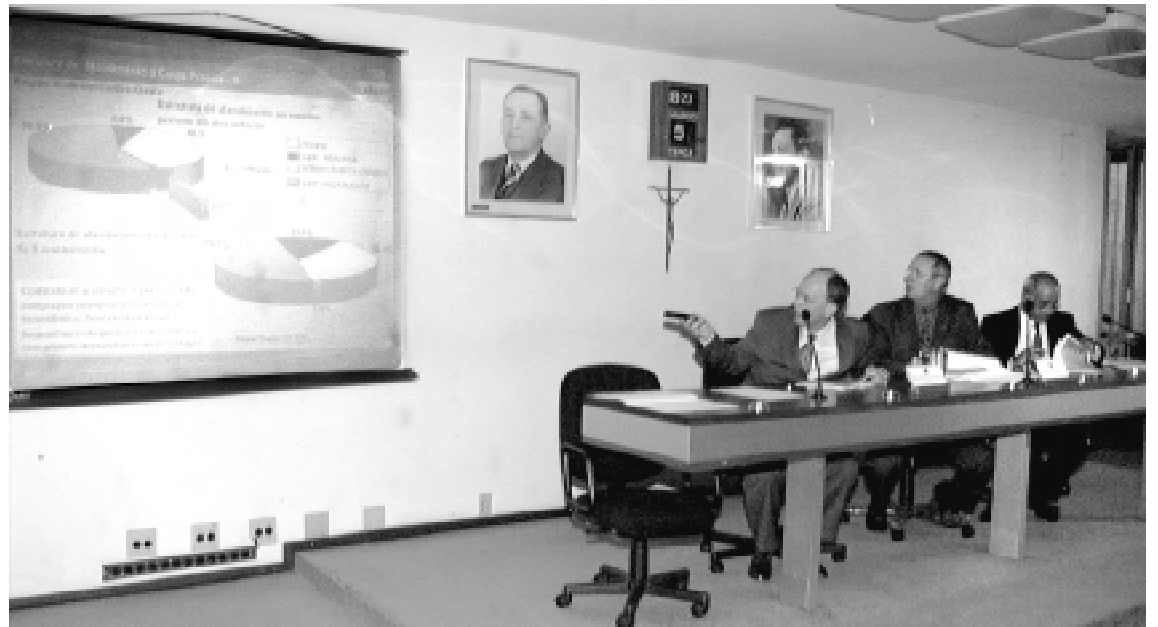
cerrado no fim de fevereiro, foi considerar indelegável o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

— Ao Estado cabe essa função e o Ministério de Minas e Energia terá um departamento especial para cuidar do assunto. O programa de privatização nunca poderá incluir as usinas geradoras, tendo em vista o caráter de segurança nacional que as caracteriza — afirmou o ministro.

Pedro Parente reconheceu que o consumidor residencial está pagando caro pelo fornecimento de energia, especialmente depois do aumento recente de 2,9%. Ele lembrou, porém, que os consumidores de baixa renda ficaram fora da majoração.

— Além disso, o aumento para as indústrias foi de 7,9% — observou, para assegurar que a mudança paulatina de matriz energética não implicará novos aumentos de tarifas para as residências.

O relator da comissão mista, senador Paulo Souto (PFL-BA), informou que já foram realizadas todas as audiências públicas previstas no início dos trabalhos e que seu relatório deverá estar



O ministro Pedro Parente durante a exposição feita na audiência pública promovida pela comissão mista

pronto no fim de abril. Souto disse que pretende distribuir o relatório com antecedência para que os integrantes da comissão tenham tempo de lê-lo antes da votação.

Antes do comparecimento à Comissão Mista da Crise de Energia, o ministro Pedro Parente foi recebido pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, em seu gabinete.

## Maldaner protesta contra leilão para privatizar o Banco de Santa Catarina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) protestou ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), contra o leilão do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), marcado para o dia 12 de junho. A reação do senador surgiu após ter sido rejeitada pelo relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), uma proposta que pretendia condicionar os termos da pactuação das dívidas estaduais com a União à esperada decisão judicial sobre a privatização do Besc. Para Jucá, a proposta de Maldaner contém problemas legais e operacionais, uma vez que, a depender da decisão da Justiça, poderia implicar ônus para o estado.

Maldaner concordou que a proposta, feita em 2000, já não seria mais praticável hoje, em razão de decisões já adotadas de lá para cá, incluindo-se, aí, novos empréstimos contraídos pelo estado. Destacou, contudo, que, caso o banco



Casildo Maldaner: "Espero que não se pratique essa violência contra o patrimônio catarinense"

estadual seja mesmo leiloado por R\$ 500 milhões, como se espera, abatido o passivo de R\$ 2,2 bilhões, o estado vai arcar com um ônus de R\$ 1,7 bilhão. Assim, pela solução praticada, disse, "os catarinenses vão ficar sem o banco e com uma enorme conta para pagar".

O leilão do Besc, advertiu o senador, vai resultar, provavelmente, na internacionalização de um banco estadual e, certamente, no

fechamento de agências em centenas de municípios, obrigando milhares de aposentados a terem de viajar para receber, todos os meses, suas aposentadorias.

Casildo Maldaner afirmou não querer mais a aplicação da sua proposta de condicionar a renegociação da dívida estadual a uma decisão judicial sobre o destino do Besc. "Hoje, quero apenas que não se pratique essa violência contra o patrimônio catarinense", disse ele, referindo-se ao leilão. A privatização do Besc, para o senador, "guardadas as devidas proporções, seria o mesmo que internacionalizarmos o Banco do Brasil".

Os senadores Roberto Saturnino (sem partido-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL) apoiaram as colocações de Casildo Maldaner. O parecer do senador Romero Jucá sobre a proposta do senador catarinense não chegou, contudo, a ser votado, por falta de quórum.

## Comissão do São Francisco ouve hoje dirigente do ONS

A comissão especial destinada a acompanhar o projeto de conservação da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo comitê da bacia reúne-se hoje, às 14h30. Na oportunidade, Mário Fernando de Melo Santos, diretor-presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), fará uma exposição aos senadores.

## Carlos Bezerra pede redução do preço de medicamento genérico

Diante da constatação de que medicamentos genéricos vêm sendo comercializados por preços superiores aos de medicamentos similares, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu às autoridades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que procurem garantir a redução dos custos dos genéricos para a população. Na opinião do senador, caso contrário, a política dos medicamentos genéricos poderá ficar desacreditada pela população.

— As campanhas do governo passaram para o consumidor a idéia de que o produto genérico era sempre mais barato que o similar, e não apenas o de referência. É preciso levar em conta que os genéricos são isentos do pagamento de imposto na importação de matérias-primas, têm incentivos do



Para Carlos Bezerra, governo falhou ao definir o preço dos remédios

governo e dispensam campanhas publicitárias, que encarecem a colocação do produto no mercado — ponderou.

Apesar de aceitar os argumentos da Anvisa de que os medicamentos genéricos são os únicos que têm garantia de eficácia igual à do medicamento de referência, Carlos Bezerra acredita que o governo falhou ao definir a política de preços para esses remédios.

— A população reivindica o barateamento dos medicamentos genéricos. Num país pobre como o nosso, não basta que o custo desses produtos seja inferior ao dos medicamentos de referência — disse o senador, acrescentando que "as autoridades devem empenhar-se na redução de custo para que este programa não perca sua credibilidade junto ao consumidor".

# CAE aprova projeto que restringe caução em hospital

Conforme a proposta, não poderá haver a cobrança nos casos de internação de pacientes beneficiários de planos e seguros privados de saúde. A medida será agora analisada pela Câmara dos Deputados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade e em caráter terminativo, projeto de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA) que proíbe a exigência de caução ou depósito de qualquer natureza, por parte de hospitais e clínicas, nos casos de internação de pacientes beneficiários de planos e seguros privados de saúde. O projeto, que recebeu parecer favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), seguirá nos próximos dias para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso de no mínimo um décimo dos senadores para que seja submetido ao Plenário da Casa.

A proposta de Paulo Souto altera o artigo 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que regulamenta os planos e seguros privados de saúde, harmonizando-o, segundo o relator, com o disposto no inciso V do artigo 39



A Comissão de Assuntos Econômicos acatou por unanimidade o projeto de autoria de Paulo Souto e relatado por Eduardo Suplicy

do Código de Defesa do Consumidor, que veda ao fornecedor de produtos e serviços exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Ao justificar a proposta, Paulo Souto destacou que a exigência de caução feita pelos hospitais e clínicas é prática injusta, caracterizada como abuso contra os consumidores.

Para Suplicy, esse abuso é praticado por hospitais e clínicas

“com o intuito de aproveitar-se da condição de fragilidade em que se encontra o usuário do serviço de saúde, em decorrência da situação de doença sua ou de seu dependente, para auferir vantagem nas suas relações comerciais com a operadora do plano, em detrimento do consumidor usuário”. No limite, lembra o relator, “esse tipo de exigência pode colocar em risco a saúde e a própria vida da pessoa”.

## Tião Viana quer ampliar taxas de imunização

Projeto apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) inclui os índices de cobertura vacinal contra as doenças redutíveis por imunização e objeto de vigilância epidemiológica entre os critérios para a transferência de recursos federais para a área de saúde pública aos estados e municípios.



Viana: projeto inclui índices de vacinação no critério para repasse de recursos

Ao defender a proposta em Plenário, o senador afirmou que seu objetivo é estimular a busca de taxas crescentes de imunização da população.

– Apesar do esforço que se

tem feito há mais de duas décadas com o Programa Nacional de Imunização (PNI), esta ainda não é plena, a despeito das campanhas nacionais de vacinação e da colocação de imunológicos de rotina à disposição da população na rede pública – afirma o senador na justificativa da proposta.

### RUBÉOLA

Como exemplo da necessidade de aprimoramento do sistema nacional de vacinação, Tião Viana citou a campanha contra a rubéola, em São Paulo, que atingiu,

em dezembro do ano 2000, 81% das mulheres entre 15 e 29 anos, quando deveria chegar, pelo menos, a 95%. Segundo o senador, dos 645 municípios paulistas, apenas 152 conseguiram atingir a meta. Ele lembrou que a incidência da doença no país cresceu de quatro para 11,4 casos por 100 mil habitantes no ano de 2000, em mulheres entre 15 e 19 anos, e de 5,7 para 11,9 casos na faixa etária de 20 a 29 anos.

Tião Viana reconheceu, no entanto, que depois que o Congresso aprovou a Lei Orgânica da Saúde, em 1990, o setor da saúde pública experimentou melhoras expressivas, entre as quais, destacou, a redução do índice nacional de mortalidade infantil.

## CAS discute hoje regras para a rotulagem de alimento infantil

A regulamentação do comércio e rotulagem de alimentos infantis e artigos de puericultura correlatos, como mamadeiras, bicos, chupetas e mordedores, para bebês e crianças de até 6 anos consta da pauta de nove itens a serem discutidos e votados hoje, a partir das 9h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a proposta recebeu substitutivo do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Ao estipular regras para a venda de substitutos do leite materno, o projeto pretende incentivar o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida e a continuidade da amamentação até

to do senador Osmar Dias (PDT-PR) que pretende extinguir a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas.

Outros dois projetos que introduzem alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apresentados pelos senadores Osmar Dias e Renan Calheiros (PMDB-AL), também receberam



Geraldo Cândido, autor do projeto relatado por Geraldo Althoff, quer incentivar aleitamento materno

os 2 anos de idade, independentemente da introdução de novos gêneros alimentícios na dieta da criança. O estímulo deverá ser acompanhado pela divulgação obrigatória de *slogans* educativos nas embalagens dos produtos, como “criança que mama no peito raramente adoecer”.

Proposições de cunho trabalhista também devem ser examinadas pela CAS. O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou, por exemplo, parecer favorável a projeto da Câmara que obriga as empresas contratantes de serviços terceirizados a assumir a “responsabilidade solidária” pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho. Já o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) emitiu parecer contrário a proje-

do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), parecer pela rejeição. Moreira votou contra a proposta de Osmar Dias de facultar negociações individuais ou coletivas sobre os benefícios fornecidos pelo empregador além do salário normal.

Também se mostrou contrário à proposta de Calheiros de conceder ao empregado até 15 dias de falta justificada ao trabalho para a busca de familiares desaparecidos.

### IDOSO

Após a reunião da CAS, a Subcomissão Permanente do Idoso vai discutir e votar o cronograma de trabalho para este ano. O encontro foi convocado pelo presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

## Subcomissão do Livro já tem membros definidos

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), anunciou ontem os nomes dos sete integrantes da Bancada do Livro, criada por requerimento do senador José Sarney (PMDB-AP). A instalação da subcomissão ocorrerá nas próximas duas semanas, em cerimônia que deverá contar com a presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort.

Além do autor do requerimento e de Ricardo Santos, compo-

dores Francelino Pereira (PFL-MG), Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Emilia Fernandes (PT-RS) e Marluce Pinto (PMDB-RR). De acordo com Ricardo Santos, a subcomissão poderá funcionar como um novo espaço de debates sobre a indústria editorial.

– Da mesma forma que a Subcomissão do Cinema prestou enorme contribuição ao aperfeiçoamento do setor, a Bancada do Livro também terá caráter positivo e poderá discutir com o

Executivo medidas de estímulo à editoração de livros e à implantação de bibliotecas em todo o país – disse.

Na próxima semana, deverão ser divulgados os integrantes da Subcomissão de Esportes, também vinculada à CE, que, assim como a Subcomissão do Livro, começará a funcionar este mês.

A comissão também decidiu – a pedido dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emilia Fernandes – promover audiência a respeito da proposta que regulamen-



O presidente da Comissão de Educação, Ricardo Santos, informou que na próxima semana serão anunciados os integrantes da Subcomissão de Esportes

ta os estágios de estudantes de níveis médio e superior. O projeto original, do senador Ademir Andrade (PSB-PA), prevê a concessão, aos estagiários, de benefícios como bolsa não inferior ao salário mínimo e 30 dias de férias remuneradas por ano.

O substitutivo do relator da matéria, senador Gerson Camata (PMDB-ES), exclui esses benefícios, mas estabelece que a jornada a ser cumprida deverá ser compatível com o horário escolar e poderá ser reduzida ou dispensada durante as provas.

## Acordo sobre extradição de prisioneiros passa na CRE

Para o relator Geraldo Melo, medida abrangendo o Mercosul, além de Bolívia e Chile, é indispensável diante do crescimento da criminalidade

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo internacional entre o Brasil e os países membros do Mercosul, além da Bolívia e Chile, que permite a recíproca concessão de extradição de prisioneiros condenados. “É medida de cooperação penal internacional indispensável à persecução criminal em nosso subcontinente, haja vista a natureza crescente da criminalidade internacional. Não só em relação a tipos penais mais sofisticados, incluindo os crimes de colarinho branco, o narcotráfico e mesmo o terrorismo, fazem hoje da extradição um dos institutos basilares da defesa da sociedade”, assinalou em seu parecer o relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Foram aprovados ainda o texto do acordo internacional que es-



Também foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional acordos com a Eslovênia e o Panamá

tabelece cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Eslovênia, relatado por Bernardo Cabral (PFL-AM), e do acordo entre Brasil e Panamá que regula o exercício de atividades remuneradas por parte dos dependentes do pessoal diplomático administrativo e técnico. Ou-

tro acordo acolhido pelos senadores da CRE adota emendas à Constituição da União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência especializada da ONU que estabelece a regulamentação internacional de telecomunicações visando a ordenação de sistemas nacionais de comunicações.

## Requião quer orçamento próprio para as comissões permanentes

O presidente da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR), sugeriu a apresentação de emenda aos regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal determinando que todas as comissões permanentes de ambas as Casas tenham orçamento próprio. Para Requião, esses recursos devem ser modestos, mas suficientes para garantir a autonomia dos trabalhos das comissões.

A representação brasileira reuniu-se ontem para discutir o XI Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), realizado entre 24 e 27 de fevereiro na Ilha de Páscoa (Chile), e as reuniões externas programadas para Fortaleza (CE) e Natal (RN), entre 10 e 14 de março. O presidente reclamou que as reuniões no Nordeste ainda não estão confirmadas, por falta de recursos, e o Congresso ainda não ressarciu os parlamentares que estiveram no Chile com recursos próprios.

O senador deu conhecimento aos demais parlamentares da Declaração da Ilha de Páscoa, assinada por representantes do Chile,

Bolívia e Brasil, além de observadores do México, Venezuela, Antilhas Holandesas, França e Itália. O documento visa preservar os direitos dos povos originários na América Latina, como os maoris, habitantes da Ilha de Páscoa. Entre as medidas propostas no documento estão o reconhecimento do direito de representação às etnias e a realização de uma cartografia étnica da América Latina.

Requião anunciou o programa dos encontros previstos para as capitais nordestinas. Em Fortaleza, será realizado o seminário internacional *O Mercosul, a Alca (Área de Livre Comércio das Amé-*

*ricas) e o endividamento externo.* Haverá debates sobre as consequências sociais do endividamento externo, sobre o novo papel dos parlamentos na integração regional no Cone Sul e sobre o impacto da Alca no Mercosul. O seminário ocorre paralelamente ao encontro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com governadores brasileiros.

Em Natal, será realizado o seminário *O Mercosul e a Alca: desafios e oportunidades.* Serão debatidos o papel do BID no futuro da América Latina e a ação parlamentar na formação de uma comunidade latino-americana de nações.



Requião preside encontro da Comissão do Mercosul que discutiu as reuniões programadas para Fortaleza e Natal

## Projeto cancela medalha ao ex-presidente Fujimori

Poderá ser anulada a concessão feita pelo governo brasileiro ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori da medalha Ordem do Cruzeiro do Sul, caso seja aprovado projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando votação. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) relatou o projeto e recomenda o voto favorável ao cancelamento da homenagem.

No parecer que apresentou sobre o tema, Simon afirma que o objetivo da proposição em pauta é de corrigir uma injustiça e uma afronta cometida contra o povo peruano, tendo em vista que Fujimori fugiu daquele país sob graves acusações de corrupção e

de fraudes eleitorais. O senador lembra que o artigo 49, inciso X da Constituição federal, dá poderes ao Congresso Nacional para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, o que possibilita que a concessão seja anulada.

O Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção brasileira, foi instituído por força do Decreto-Lei 1.424, de 17 de julho de 1939. Cabe ao presidente da República outorgá-lo mediante decreto. O relativo a Fujimori foi publicado no *Diário Oficial* da União de 26 de agosto de 1999.

O projeto, depois de analisado pela CCJ, segue para decisão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

## Saturnino pede contratação de mais policiais civis no Rio

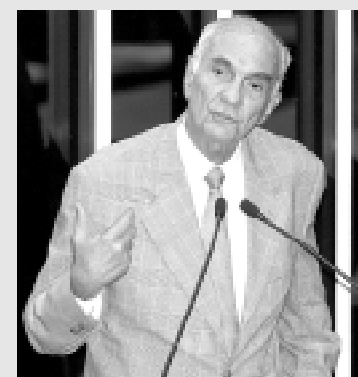
O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) apelou ao governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB), no sentido de que sejam convocados os demais aprovados no concurso público que o estado do Rio realizou para ocupar cargos na Polícia civil. O número de classificados, segundo o senador, ficou em torno de 2 mil, restando 1.500 ainda não convocados.

Saturnino disse já ter feito este apelo ao governador, por escrito, ressaltando que o aumento do efetivo policial deve ser prioridade do governo federal e dos governos estaduais para minimizar os problemas que a segurança pública vem enfrentando no Brasil. Ele acrescentou que, sem reforçar o contingente das polícias, é muito difícil combater a criminalidade.

— Há certas questões que não são resolvidas com equipamentos eletrônicos ou mecânicos, é necessária a presença física do ser humano no enfrentamento do problema. Tivemos um exemplo estes dias no Rio, com a epidemia de dengue. Ela só apresentou sinais de redução depois que foi realizada uma ação com profissionais instruídos e capacitados para combater o mosquito.

### INJUSTIÇA

Saturnino também destacou que a questão social e a injustiça



Roberto Saturnino reiterou apelo ao governador Anthony Garotinho

são fatores determinantes para o crescimento da violência no país. Segundo ele, a injustiça quebra a crença nos valores morais e éticos da sociedade.

— É preciso combater a injustiça de todas as formas. Ela está na raiz dessa ruptura do tecido social brasileiro, que acaba determinando a descrença total e a adesão de pessoas ao banditismo e à criminalidade — analisou.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PFL-TO) defendeu o engajamento da população no combate à violência. Ele sugeriu a realização de uma convocação nacional para que as pessoas reajam e ajudem as autoridades a encontrar caminhos. Já Heloisa Helena (PT-AL) concordou em que as injustiças estão na base dos problemas e sugeriu a realização de mudanças estruturais profundas na sociedade.



# Congresso presta hoje homenagem à mulher

A sessão solene, às 10h, faz parte da programação para lembrar o dia 8 de março. Este ano também será entregue o Diploma Cidadã Bertha Lutz a cinco mulheres que tenham contribuído para a defesa dos direitos femininos

O Congresso Nacional realiza hoje, às 10h, sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8. A homenagem foi solicitada por requerimento que tem a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) como a primeira signatária.

Além de Emilia, as senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Marina Silva (PT-AC), que também assinaram o requerimento, devem ser designadas oradoras pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet. Para falar em nome dos deputados, Aécio Neves, presidente da Câmara, indicou Nair Xavier Lobo (PMDB-GO) e Tânia Soares (PCdoB-SE).

## DIPLOMA

Além de realizar a sessão solene, este ano o Congresso homenageará cinco mulheres de renome no cenário nacional, que tenham contribuído para a defesa dos direitos femininos. As esco-



Emilia Fernandes preside o conselho que analisa as indicações dos nomes que receberão o Diploma Bertha Lutz

lhidas vão receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, criado por meio de resolução de 2001 a partir de proposta de Emilia Fernandes.

A seleção das homenageadas, segundo determina a resolução, é feita por um conselho, presidido por Emilia e formado por senadores de todos os partidos com representação no Senado. Até novembro de 2001, o conselho recebeu 30 indicações de nomes para

receber o diploma, que será entregue no dia 13.

O diploma foi batizado com o nome da filha do cientista Adolfo Lutz, Bertha, que se destacou na luta pelos direitos da mulher na década de 1920. Na época, a ativista foi pioneira ao reclamar o direito ao voto para as mulheres. Finalmente, em 1932, o presidente Getúlio Vargas sancionou o Código Eleitoral que assegurou a participação das mulheres nas eleições.

## Quintanilha propõe ao ministro da Justiça a criação do Conselho Nacional do Idoso

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) informou ao Plenário que esteve ontem com o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, para apresentar a proposta de criação, no âmbito daquela pasta, do Conselho Nacional do Idoso. A proposta é da Subcomissão do Idoso, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também participou do encontro o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

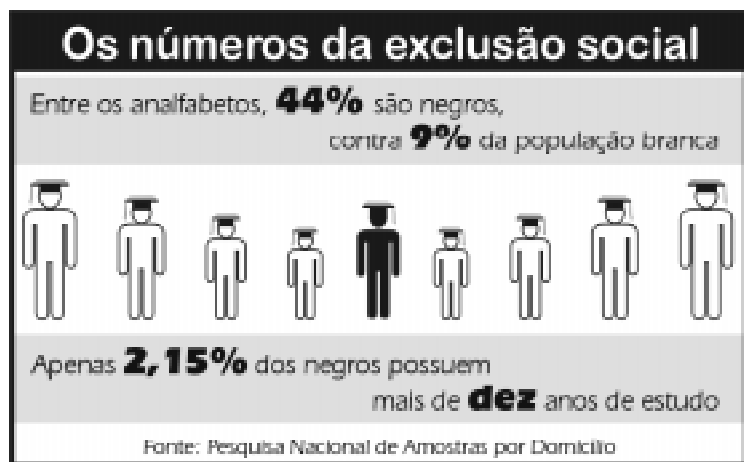
Quintanilha ressaltou a importância da criação do conselho

lembrando que, hoje, 15 milhões de brasileiros têm mais de 60 anos. Nos próximos 20 anos, disse, serão de 35 milhões a 40 milhões de idosos, ou 18% da população. Esses dados, insistiu, mostram que as políticas adotadas para o idoso, no Brasil, precisam ser revistas.

O senador informou que estados e municípios já estão criando seus conselhos, e registrou a receptividade do ministro da Justiça aos membros da Subcomissão do Idoso.



Leomar Quintanilha, presidente da Subcomissão do Idoso, encontrou-se ontem com o ministro da Justiça



## Proposta garante bolsas de estudo para negros

Projeto que obriga escolas particulares filantrópicas a conceder bolsas de estudo para estudantes negros está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando a nomeação de relator. A matéria, de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), foi aprovada pela Comissão de Educação (CE).

As escolas filantrópicas recebem incentivos fiscais e já devem cumprir a exigência de oferecer um percentual de gratuidade. Com o projeto, esse percentual terá de ser destinado preferencialmente a afrodescendentes. As bolsas precisam ser, no mínimo, de 50% do valor da mensalidade e abrangem todos os níveis de ensino, inclusive o universitário.

Caso seja aprovada, a medida vai se somar a outras ações afirmativas já praticadas em âmbito federal. É o caso do Ministério da Justiça, onde há cotas para preenchimento de cargos visando beneficiar negros, mulheres e portadores de deficiência. O Supre-

mo Tribunal Federal exige a destinação de 20% das vagas de cargos terceirizados para negros. O Ministério das Relações Exteriores concederá, a partir deste ano, vinte bolsas de estudo em benefício de afrodescendentes, com o objetivo de incrementar o percentual de diplomatas negros.

### MOBILIDADE SOCIAL

Waldeck Ornélas disse acreditar que, com medidas como essa, haverá possibilidade de elevação do nível de escolaridade da população negra. Ele lembra que a mobilidade social se dá principalmente pelo acesso à educação. E resalta que, embora negros e pardos constituam 45,3% da população brasileira, representam apenas 2% do total de alunos de cursos superiores.

Também autor de projeto que estabelece cotas em benefício dos afrodescendentes, o senador José Sarney (PMDB-AP) afirma que "chegou a hora de o país praticar discriminação positiva em relação aos negros".

## Ornélas quer mudanças no cálculo da renda para casa própria

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) registrou ontem em Plenário a apresentação de projeto de lei estabelecendo que, nas operações de financiamento habitacional, seja considerada na composição da renda a soma de todos os rendimentos das pessoas da família. A medida, afirmou, beneficiaria as mulheres que estão à

frente de famílias.

— Quando um chefe de família vai tomar um financiamento para adquirir uma unidade habitacional, realizar o sonho da casa própria, pode considerar sua renda pessoal e a renda de sua companheira, de sua esposa. Quando, contudo, a mulher chefe de família vai tomar financiamento, só pode considerar a sua

renda pessoal — argumentou.

O projeto de lei, disse o senador, supera essa discriminação contra as mulheres na política habitacional brasileira. Ele ressaltou a importância de que seja corrigida "a distorção que não está na lei e que vigora apenas por norma administrativa e operacional dos agentes financeiros".

Waldeck Ornélas lembrou que

as mulheres hoje chefiam 26% das famílias brasileiras. Não por acaso o projeto foi apresentado, destacou o senador, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

— É preciso que nós abramos espaço para que as mulheres chefes de família possam ter acesso à realização do sonho da casa própria — afirmou.



Waldeck Ornélas propõe que seja considerada a renda de todas as pessoas da família

## Lindberg denuncia "ação rasteira" contra Roseana

Senador disse que PFL nunca se furtará à luta, "desde que seja clara, sem rodeios e traições à sombra", e jamais defenderá impunidade

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse da tribuna que houve "uma ação rasteira e planejada nas sombras" contra a governadora Roseana Sarney e defendeu a continuidade das investigações das fraudes na extinta Sudam e a punição dos culpados pelo desvio de recursos públicos.

— A ação da Polícia Federal contra a empresa do marido da governadora Roseana Sarney somente mostra o desespero e o despreparo daqueles que sempre trabalharam contra o governo, mesmo dele participando — afirmou.

Depois de lembrar o sucesso do apoio do PFL ao governo Fernando Henrique Cardoso, o que levou a várias mudanças estruturais no país, Lindberg Cury afirmou que só questiona a "maneira



Para Lindberg, atuação da Polícia visa prejudicar governadora, bem posicionada nas pesquisas

como as coisas vêm sendo feitas", pois buscam prejudicar a governadora do Maranhão no momento em que ela se encontra bem posicionada nas pesquisas para a eleição presidencial.

— O jogo é sujo e deve ser de-

nunciado. Não podemos jamais compactuar com ações desse tipo e que têm apenas o efeito de fragilizar o governo e quebrar uma aliança vitoriosa, que nos últimos anos conquistou avanços invejáveis em todos os indicadores econômicos e sociais do país — observou.

Ele acrescentou que o PFL merece respeito por sua trajetória política e nunca se furtará à luta, desde que ela seja clara, "sem rodeios e traições à sombra". Lindberg assegurou que o seu partido "jamais defenderá a impunidade de quem quer que seja", muito menos a interrupção das investigações na Sudam.

## Freire reafirma coligação em torno de Ciro Gomes

O líder do PPS, senador Roberto Freire (PE), comunicou ontem ao Plenário que seu partido, juntamente com o PTB e o PDT, reafirmaram em reunião realizada na segunda-feira sua aliança em torno da candidatura de Ciro Gomes para a Presidência da República. Segundo ele, também foi recomendado à direção das três agremiações que realizem "a verticalização da coligação nos estados".

Freire disse ter posição distinta dos demais partidos de oposição sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, para ele, não se trata de discutir a medida, mesmo porque entende que não haverá retorno ou revisão da norma que vincula as coligações partidárias nos estados à realizada para as eleições presidenciais.

— Mesmo discordando da fundamentação jurídica e do momento, pela inoportunidade — credi-



Roberto Freire disse ter posição distinta da dos demais partidos oposicionistas sobre a decisão do TSE

to que foi uma exorbitância do TSE, legislando e não interpretando —, creio que ela será a norma que irá regular as coligações nacionais e estaduais e, portanto, cabe aos partidos políticos a ela se adaptarem — afirmou.

Roberto Freire também se solidarizou com as homenagens prestadas a Mário Covas em sessão especial do Senado.

## Ademir conclama os partidos a reagirem à decisão do TSE

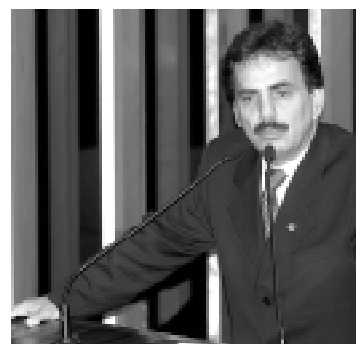
O senador Ademir Andrade (PSB-PA) dirigiu apelo aos partidos políticos para que reajam contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de impor a verticalização das coligações nacional e regionais.

— Se não fizermos isso, o presidente Fernando Henrique saberá manobrar partidos como o PFL e o PMDB — quem sabe até o PTB e o PPB — em torno da candidatura José Serra, que ficará imbatível — afirmou.

Segundo Ademir, a decisão do TSE é "uma excrescência jurídica" que contraria até a Constituição, uma vez que, salientou, a competência para legislar sobre lei eleitoral é do Congresso, e não do Tribunal.

— Constatado, depois de uma reação contrária inicial, que cresce uma espécie de conformismo entre os parlamentares. Não podemos aceitar essa humilhação, porque seremos prejudicados nas eleições — frisou.

Ademir Andrade disse que Fernando Henrique "conhece a oposição melhor do que os próprios parlamentares oposicionistas", apostando que uma união desses partidos em torno de um candidato presidencial único é inviável, porque o PSB vai persistir com Anthony Garo-



Para Ademir Andrade, a decisão do TSE sobre coligações contraria a Constituição brasileira

tinho, o PPS, com Ciro Gomes, e o PT, com Lula.

— Dividida, a oposição será derrotada — afirmou.

Para Ademir Andrade, "a decisão do TSE obedeceu a um plano maquiavélico de Fernando Henrique que, com sete anos de prática em lidar com os partidos da base governista, sabe que o PFL gosta de estar no poder, o PMDB ama a máquina do governo" e, por isso, vão acabar compondo com o candidato do PSDB, José Serra, para presidente.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) concordou com a necessidade de o Congresso barrar a decisão do TSE. Também apartando, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) garantiu que o PT está apoiando medidas para sustar o ato do TSE.



Observado por Carlos Wilson, Amir Lando e Ramez Tebet, Chico Sartori (segundo à esquerda) faz o juramento

## Chico Sartori toma posse no Senado

Tomou posse ontem o senador Chico Sartori (PSDB-RO), como primeiro suplente do também senador Amir Lando (PMDB-RO). Sartori obteve a cadeira com a renúncia de Lando ao mandato a que teria direito pela eleição de 1994, para o qual só veio a ser diplomado pela Justiça Eleitoral no último dia 22. Lando, já senador eleito no pleito de 1998, preferiu abrir mão do mandato concedido por decisão judicial, que termina em 11 meses, pois o atual

vai até 2006.

Em seu discurso de posse, Sartori lamentou a demora de sete anos até a decisão terminativa da Justiça. "Quem pagaria hoje o prejuízo que nosso estado teve, a minha região principalmente?", indagou.

Apresentando-se aos senadores, Sartori lembrou seu passado de militância pelo MDB do Paraná e em defesa da redemocratização do país. Catarinense de nascimento, há 22 anos vivendo em Rondônia, foi

prefeito de Santa Isabel do Oeste, no Paraná. Ajudou a fundar o PSDB de Rondônia e é vice-presidente do partido no estado.

O novo senador manifestou a disposição de contribuir, no Legislativo, para ajudar a encontrar as soluções dos problemas tanto de Rondônia quanto do país.

— Quero dizer ao povo de Rondônia que tenho certeza absoluta que não irei envergonhar ninguém nesse meu mandato de senador — afirmou.

# Comissão aprova indicado para conselho da Anatel

O advogado Luiz Alberto da Silva obteve 14 votos favoráveis entre os integrantes da CI. Questionado pelos senadores, ele afirmou que, “quando se trata de serviço público, as empresas não podem pensar só em rentabilidade”



Luiz Alberto da Silva (à esquerda) foi sabatinado pela Comissão de Infra-Estrutura antes da votação

No início da noite de ontem, em votação secreta, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação de Luiz Alberto da Silva para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O parecer do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), favorável à indicação, foi aprovado por 14 votos, com três abstenções e um voto contrário.

Luiz Alberto da Silva, que é advogado, foi professor de Direito e consultor jurídico da Advocacia Geral da União. Em sua exposição, falou sobre os avanços do sistema de telecomunicações no país, ressaltando que com a criação da Anatel, em 1996, o setor passou a ser regido por normas mais rigorosas do que as da época em que a telefonia estava sob o comando estatal.

Em resposta ao senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que acredita

que as empresas de telecomunicações não têm interesse em investir em áreas onde o lucro é pequeno, Luiz Alberto afirmou que, “quando se trata de serviço público, as empresas não podem pensar só em rentabilidade”.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) indagou sobre a viabilidade de projeto de sua autoria estabelecendo que os telefones fixos e celulares disponham de medidor de gastos. Luiz Alberto concordou que a medição não poderia ser feita somente pelas centrais, mas observou que o sistema não está preparado para a implantação desse equipamento.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que o processo de privatização do sistema de telefonia só foi bem-sucedido por causa do empenho de Luiz Alberto e do falecido ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

## Convocação de ministros deve ser decidida amanhã

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), adiou para amanhã, às 10h, a reunião destinada a apreciar requerimento que convoca os ministros da Educação e das Comunicações a fim de apontarem alternativas para a reativação do programa de instalação de 290 mil computadores em 13 mil escolas oficiais de ensino médio.

O adiamento foi necessário porque no mesmo horário da reunião convocada para ontem, 18h, a Câmara estava promovendo votações. O requerimento é encabeçado pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) e o objetivo é superar o impasse a que chegou o programa dos computadores depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que fosse suspensa a licitação para com-

pra dos equipamentos.

A decisão do TCU foi tomada porque parlamentares de oposição questionaram as razões da exclusão das empresas da área de informática. Só as cinco grandes concessionárias de telefonia poderiam participar da venda dos computadores ao governo, apesar de não produzi-los. O edital foi preparado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

## Governo de Goiás prejudicou indústria, afirma Maguito

Com base em estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lamentou o fato de o estado de Goiás ter registrado, pelo terceiro ano consecutivo, desempenho industrial negativo. Apesar da previsão de crescimento de 3% em 2001, o estado registrou decréscimo de 0,27% em sua atividade industrial, fruto, segundo o senador, das ações desarticuladas do governo goiano.

— Já em seu primeiro ano, o governo local não se apercebeu de suas responsabilidades. Os programas industriais de Goiás foram desmantelados por uma reforma administrativa atropelada e sem critérios, o que desestimulou novos investimentos, provocando esse desempenho preocupante nos últimos três anos — reclamou Maguito.

Para o senador, o argumento de que houve desaceleração da economia nacional, utilizado pelo governo do estado para justificar o mau resultado, não se sustenta, uma vez que a desaceleração não afetou o setor industrial em outros estados.

— No mesmo período, a indústria nacional cresceu 11,7%. Apenas três estados tiveram desempenho negativo. Isso confirma que os desacertos são locais e que Goiás, desastrosamente, caminha na contramão da economia nacional — disse.

Na avaliação de Maguito, o resultado da redução da atividade industrial é o fechamento de postos de trabalho e o aumento do desemprego. De acordo com a CNI, a indústria empregou 5,2% menos trabalhadores no estado e não houve ganho real nos salários, diferentemente do que aconteceu no restante do país, que registrou aumento de 1,1% no poder de compra dos trabalhadores na indústria.

Ao contrário do que se observa hoje, Maguito disse que, entre 1995 e 1997, 1,5 mil novos empreendimentos industriais

foram iniciados em Goiás, com investimentos superiores a R\$ 5 bilhões e geração de 150 mil empregos.

— Aquela *performance* não teve sequência por falta de ousadia e pela não definição de uma política concreta para o setor — afirmou.

Maguito registrou ainda que faltam programas de estímulo à exportação no estado, já que, na sua opinião, a dependência exclusiva do mercado interno fragiliza a capacidade de reação do parque industrial às crises de demanda.



Maguito Vilela diz que faltam ousadia e política para o setor

## Maldaner pede apoio a uso do FGTS para educação

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez apelo em Plenário, ontem, para que os líderes partidários, sobretudo os governistas, apoiem e agilizem a tramitação do projeto de sua autoria que autoriza o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no financiamento educacional de filhos e parentes dos trabalhadores com carteira assinada.

Na defesa de sua proposta, o parlamentar argumenta que o governo federal permite o uso de recursos do FGTS na compra de ações da Petrobras e, mais recentemente, da Vale do Rio Doce.

— Se o governo permite aplicar os recursos do FGTS em bolsa de valores, nada mais justo do que autorizar o financiamento educacional dos estudantes do ensino fundamental, médio e superior — afirmou Casildo Maldaner.

## Marina critica posição dos EUA sobre efeito estufa

A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou que, 10 anos depois da Conferência Mundial do Rio de Janeiro, em 1992, tenha ocorrido pouco avanço na prática de políticas públicas para o meio ambiente.

Marina criticou a postura dos Estados Unidos em relação ao aquecimento global, também conhecido como “efeito estufa”, que está relacionado com a emissão de gás carbônico. E, ao contrário do que o *Jornal do Senado* e a Agência Senado publicaram ontem, a senadora afirmou que houve recuo significativo nessa área, justamente em razão do entendimento dos EUA sobre a questão.

O presidente norte-americano é contrário às metas de redução estabelecidas no Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, e anunciou no mês passado um plano próprio, preocupado em evitar prejuízos a empresas de seu país.



Marina Silva lamenta recuo na questão do aquecimento global

# Hartung critica imposição de barreiras ao aço brasileiro

Senador pediu posição firme do governo federal contra o protecionismo norte-americano, que pode estabelecer tarifas de proteção de até 40%

A possibilidade de o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ampliar as barreiras comerciais impostas ao aço produzido no Brasil levou o senador Paulo Hartung (PSB-ES) a defender, ontem, posicionamento firme do governo brasileiro contra o protecionismo, incluindo "mudanças na disposição de negociar a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas)". Pressões do setor siderúrgico norte-americano podem levar o presidente Bush a adotar tarifas de proteção de 15% a 40%, disse.

— Preocupam-me os reflexos negativos que tal decisão possa trazer ao mercado nacional de aço. Temo pela economia capixaba, na qual a siderurgia desempenha papel relevante. Abalos na



Congresso Nacional reagirá a qualquer restrição ao produto, disse Paulo Hartung

20% da produção mundial de placas de aço.

Hartung apresentou argumentos que contra-indicariam a adoção de novas barreiras contra os produtos siderúrgicos brasileiros. Levantamentos da indústria indicam que a importação de aço brasileiro pelos americanos responde a uma necessidade da própria indústria daquele país, a despeito do aumento da capacidade de produção das siderúrgicas americanas.

— É preciso que o Congresso americano e o presidente Bush saibam que o Congresso brasileiro reagirá contra qualquer restrição adicional à exportação do aço brasileiro. O Congresso Nacional não aceitará um acordo no qual só o Brasil tenha que ceder — frisou.

produção e reflexos de exportação trarão conseqüências econômicas e sociais, agravando o atual quadro político e administrativo no Espírito Santo — afirmou Hartung. A Companhia Siderúrgica de Tubarão (ES) é responsável por

## Ricardo Santos quer moção de protesto

As recentes sanções anunciadas pelo governo norte-americano contra o aço brasileiro serão objeto de requerimento de moção apresentando os protestos do Congresso Nacional. O requerimento será encaminhado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) às



Requerimento de Ricardo Santos será enviado à CRE e à CAE

Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O anúncio foi feito ontem

pelo autor do requerimento, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), como forma de respaldar o posicionamento do governo federal sobre a questão.

Ricardo Santos lembrou que já havia apresentado à CRE outro requerimento, que foi aprovado e encaminhado ao presidente George W. Bush e aos presidentes da Câmara e do Senado americanos, manifestando a preocupação do Senado Fed-

ral sobre os efeitos negativos que as medidas poderiam ter sobre a economia brasileira.

— Também evidenciamos, na justificativa daquela moção, a contradição do discurso liberalizante de lideranças daquele país sobre a necessidade de flexibilizarmos o fluxo de comércio entre as nações, e a permanência de práticas protecionistas sempre que setores internos em desvantagem comparativa sofrem mais fortemente a concorrência internacional dentro das regras formalmente acordadas no âmbito da Organização Mundial de Comércio — assinalou.

## Embaixadores do México e Canadá visitam Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita dos embaixadores do México, Cecília Soto, e do Canadá, Jean Pierre Juneau, para tratar da participação da Casa na próxima reunião do Parlamento Latino-Americano, marcada para a cidade mexicana de Monterrey, de 12 a 18 de março.

Também esteve com o presidente da Casa o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que veio assistir à sessão do Senado em homenagem a seu antecessor, Mário Covas.

O senador recebeu ainda em seu gabinete visita do embaixador da Líbia, Mohamed H. Matri.



Tebet (D) falou com embaixadores do México e Canadá sobre próxima reunião do Parlamento Latino-Americano

## Patrocínio anuncia a retomada das obras da Ferrovia Norte-Sul

Ao destacar o apoio da banca federal tocantinense à continuidade da obra da Ferrovia Norte-Sul, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou, ontem, sua satisfação com a retomada dos investimentos no projeto. A ferrovia, explicou, é um projeto estratégico para a intermodalidade de transportes em construção nos estados do Tocantins, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Pará.

No Tocantins, o trecho de 37 quilômetros ligando Aguiarnópolis a Darcinópolis está em estágio bastante avançado, devendo ser concluído em setembro, disse ele. Segundo o senador, a ponte ferroviária sobre o Rio Tocantins, entre Aguiarnópolis e Estreito, no Maranhão, já poderá ser inaugurada em abril. A plataforma multimodal de Aguiarnópolis também deverá ser concluída na

mesma data.

De acordo com Patrocínio, em janeiro foi publicado o edital de concorrência para a construção de 58 quilômetros entre os municípios tocantinenses de Darcinópolis e Araguaína, trecho que totaliza 100 quilômetros.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que o Tocantins tem liderado a luta pelos transportes ferroviário e hidroviário, quando o país sempre privilegiou o transporte rodoviário.

Carlos Patrocínio saudou a presença do príncipe Charles no estado do Tocantins. De acordo com o senador, Charles fez questão de visitar a Ilha do Bananal para conhecer os projetos ecoturísticos da região. Um dos programas que o príncipe vai analisar é o projeto Cambuçú, financiado por organismos do Reino Unido.



Carlos Patrocínio disse que empreendimento é projeto estratégico

## Mozarildo defende liberação de rodovia ocupada por índio

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) quer liberar o tráfego na BR-174, estrada que liga Manaus a Boa Vista e à Venezuela, por entender que a interdição da rodovia, no trecho da reserva indígena Waimiri-Atroari, entre as 18h e as 6h da manhã, não

tem qualquer razão de ser. "Estou recolhendo informações para tomar uma medida judicial, garantindo a todos o direito constitucional de ir e vir", informou.

O senador enviou requerimento ao ministro da Justiça indagando as razões que levam a Fundação Nacional do Índio (Funai) a fiscalizar a interdição da rodovia. "A resposta veio assinada pelo diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Altamiro Sathler Filho, em que ele advoga a necessidade de liberar totalmente o tráfego da rodovia, de forma a atender todos



Mozarildo disse que vai entrar com ação na Justiça

os interesses envolvidos. Da Funai ou do próprio ministro, não recebi qualquer informação", observou.

Segundo Mozarildo, o diretor entende que a construção de algumas passagens subterrâneas poderia perfeitamente proteger a flora, a fauna e evitar acidentes com os índios.

### PROVIDÊNCIAS

O senador lembrou ainda que a BR-174 foi construída e asfaltada com recursos do contribuinte. "Não posso entender por que os direitos dos brasileiros de trânsito livre podem ser desrespeitados sem que providências federais imediatas sejam tomadas", disse.

Mozarildo Cavalcanti solicitou à Advocacia Geral do Senado estudos sobre o tipo de providências cabíveis e garantiu que não desistirá de encontrar uma solução para o impasse.

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Teotônio Vilela Filho